

Morre João Dib, ex-prefeito de Porto Alegre

Engenheiro civil e servidor público, Dib foi também vereador por 10 mandatos na Câmara e secretário municipal

/ MEMÓRIA

Bruna Suptitz

politica@jornaldocomercio.com.br

Ex-prefeito de Porto Alegre e vereador da Capital por 10 mandatos, João Antônio Dib (PP) morreu no início da noite desta quarta-feira. O político tinha 93 anos e estava internado no Hospital Moinhos de Vento, na capital gaúcha. A causa da morte não foi divulgada.

Dib esteve à frente da administração municipal entre 1983 e 1985 como prefeito indicado. Na redemocratização, sonhava em voltar ao Paço Municipal eleito, mas nunca conseguiu viabilizar a candidatura. Assim, foi sucessivamente reeleito ao Legislativo municipal até 2012, ano em que encerrou seu último mandato.

O velório de João Dib será realizado no Paço Municipal nesta quinta-feira.

Natural de Vacaria (RS), João Dib era formado em Engenharia Civil pela Ufrgs e ingressou no funcionalismo público em 1952, aos 23 anos.

Sua militância política começou na extinta Arena, partido de sustentação do regime militar (1964-1985), que deu origem ao PDS, PPR, PPB e, por fim, PP. Dib foi secretário municipal de Obras e Viação, dos Transportes e diretor-geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae).

Na Câmara, onde conquistou mandatos desde os anos 1970, tinha bom trânsito entre todas as bancadas, sendo reconhecido por pares especialmente nos anos 2000, quando era o decano entre os vereadores. Foi pre-

sidente do Legislativo da Capital em 2003.

Nos últimos anos, sem mandato, seguia frequentando e participando dos espaços políticos, concedendo entrevistas e visitando a Câmara Municipal, hábito interrompido no auge da pandemia.

Em março do ano passado, no aniversário de 250 anos de Porto Alegre, João Dib esteve no Paço Municipal para homenagem realizada aos prefeitos da Capital.

Em publicação no seu perfil da rede social Twitter, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), lamentou a morte de João Dib.

“Com dor no coração recebemos a notícia do falecimento do grande João Antônio Dib. Mais do que líder político e exemplo



CLAITON DORNELLES/ARQUIVO/JC

Dib estava internado no Hospital Moinhos de Vento em Porto Alegre

de gestor público, foi meu amigo do peito”, disse Melo, informando que será decretado luto oficial de três dias na capital gaúcha.

Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, o vereador

Hamilton Sossmeier (PTB) também se manifestou, declarando em nota que Dib “deixa um legado de exemplo na gestão pública, boa política e defesa do povo de Porto Alegre”.

Lula determina retirada de grades de proteção do Palácio do Planalto

/ GOVERNO FEDERAL

O ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta (PT), afirmou que a retirada das grades do entorno do Palácio do Planalto (foto) é um gesto simbólico tomado pelo presidente Luiz Inácio Lula

da Silva (PT). De acordo com o ministro, a retirada do gradil das estruturas do Legislativo e Judiciário cabe aos chefes dos Poderes analisar a “conveniência”. De acordo com o ministro, estava na hora de “devolver a Brasília e ao Brasil esse ambiente de liberdade”.



JOSE CRUZ/AGÊNCIA BRASIL/JC

STF conclui julgamento e anula indulto a Daniel Silveira

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou ontem, por 8 votos a 2, o indulto concedido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao ex-deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ).

Na quinta-feira passada, o Supremo já havia formado maioria para que o benefício ao ex-parlamentar fosse derrubado, mas ainda faltavam os votos dos ministros Luiz Fux e Gilmar Mendes. Ambos seguiram a maioria.

Em nota divulgada na semana passada, a defesa de Silveira classificou o julgamento como “pão e circo”.

Silveira havia sido condenado no ano passado pelo STF a 8 anos e 9 meses de prisão, em regime inicial fechado, por promover ataques aos ministros da corte e estimular os atos antidemocráticos.

A condenação também previa pagamento de multa e perda dos direitos políticos, mas ele foi beneficiado por decreto expedido pelo ex-presidente extinguido a pena.

A presidente da corte, Rosa Weber, votou na quarta-feira pela inconstitucionalidade do decreto de Bolsonaro que autorizou o indulto. Ela é a relatora de quatro ações apresentadas pela Rede, PDT, Cidadania e PSOL contrárias ao benefício.

Rosa afirmou que o ex-presi-

dente editou decreto individual “absolutamente desconectado do interesse público” e que o seu objetivo “foi beneficiar aliado político de primeira hora legitimamente condenado criminalmente pelo STF”.

“O chefe do Poder Executivo federal, ao assim proceder, não obstante detivesse aparentemente competência para tanto, subverteu a regra e violou princípios constitucionais produzindo ato com efeitos inadmissíveis para a ordem jurídica”, disse.

No dia seguinte, seguiram o mesmo entendimento os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Cármen Lúcia.

Os dois ministros indicados ao Supremo por Bolsonaro, Kassio Nunes Marques e André Mendonça, divergiram de Rosa e defenderam a manutenção do indulto a Silveira.

Barroso, que fez um dos votos mais enfáticos do julgamento, afirmou que a condenação não havia desrespeitado os limites da proteção à liberdade de expressão.

“Só pode achar que houve violação à liberdade de expressão quem não se deu trabalho de ouvir ou ler as manifestações. Se for uma pessoa normal, terá ficado completamente horrorizado com o que se julgou. É de fazer perder a fé na condição humana de tão estarecedoras as declara-

ções”, disse.

Ele acrescentou que não cabe o argumento quando há ameaça de agressão física a ministros do Supremo, incitação à invasão do Congresso e STF e a criação de animosidade entre as Forças Armadas e as instituições nas declarações.

O julgamento começou no último dia 27, quando os ministros do STF ouviram as sustentações das partes, de terceiros interessados e também do procurador-geral da República, Augusto Aras.

A sanção contra Silveira só será cumprida após o julgamento de todos os recursos que possam ser movidos pela defesa de Silveira.



REPRODUÇÃO/FACEBOOK/JC

Ex-deputado federal, Silveira ainda pode recorrer da decisão

DR. ALCEU KNIJNIK
CREMERS 6753

MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA

DIABETES - TIREOIDE - OBESIDADE
DISFUNÇÃO HORMONAL - COLESTEROL

PRAÇA DOM FELICIANO, 78 CJ. 1101 - CENTRO - PORTO ALEGRE

FONE 3221.7172